

**COMÉRCIO INTERNACIONAL, SUSTENTABILIDADE E MUDANÇA CLIMÁTICA:
ANÁLISES DAS PRINCIPAIS ÁREAS TRABALHADAS PELA ONU E PELA OMC ATRAVÉS DA
LINGUAGEM**

Andressa Vieira da Nóbrega

Resumo: As Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) trabalham vários temas em comum, inclusive questões ligadas à mudança climática e sustentabilidade. Neste artigo, serão comentados alguns temas frequentes debatidos na Ministerial da OMC e na Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O objetivo principal é apresentar um glossário com os temas mais usados nos documentos e discussões, não apenas para tradutores da área, mas também para facilitar a compreensão de empresários, investidores e outros players. Trata-se de uma pesquisa exploratória, porque é desenvolvida exclusivamente a partir de fontes bibliográficas e documentais. Foi feito um levantamento dos boletins disponíveis no site do International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), uma organização sem fins lucrativos suíça que trabalhou vários anos na interseção entre mudança climática, sustentabilidade e comércio internacional. A pesquisa também contou com levantamento de dados, conceitos e terminologia em documentos e relatórios de órgãos públicos federais e estaduais, centros de pesquisa, programas das Nações Unidas e organizações sem fins lucrativos. Além dos boletins do ICTSD, destacam-se os trabalhos de Ribeiro, W. (2014), Steffen (2018) e Pegorelli (2014). Para o clima, não há barreiras. É uma ameaça comum, que necessita de um trabalho coordenado e em conjunto entre todos, sobretudo entre as nações e atores que mais contribuem para o fenômeno. Com esta pesquisa, busca-se facilitar a conscientização sobre o tema, permitindo que a sustentabilidade permeie cada vez mais o cotidiano da sociedade.

Palavras-chave: Comércio internacional. Mudança climática. Sustentabilidade.

Abstract: The United Nations (UN) and the World Trade Organization (WTO) work on several themes together, including issues related to Climate Change and Sustainability. This article focus on some frequent topics discussed at the WTO Ministerial and the Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). The main objective is to deliver a glossary with the most updated terminology of the documents and discussions, not only for translators in the area, but also to facilitate the understanding of entrepreneurs, investors, political leaders and other players. It is an exploratory research, because it is developed exclusively upon bibliographic and documentary sources, specially the journals available on the website of the International Center for Trade and Sustainable Development (ICTSD), a Swiss non-governmental organization that has worked for several years at the intersection of Climate Change, Sustainability and International Trade. Concepts and terminology were also gathered in documents and reports from federal and state public agencies, research centers, United Nations programs and non-profit organizations. In addition to the ICTSD journals, the works of Ribeiro, W. (2014), Steffen (2018) and Pegorelli (2014) stand out. For the climate, there are no barriers. It is a common threat, which requires coordinated and joint work, especially among the nations and actors that contribute the most to the phenomenon. Hopefully, this research will promote the awareness on the topic, allowing sustainability to increasingly permeate society's daily life.

Keywords: International trade. Climate change. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial do Comércio (OMC) vem discutindo intensamente o impacto da mudança climática sobre a economia global, tanto que passou a incluir o tema em suas reuniões ministeriais. As alterações no clima impactam praticamente todas as áreas de atividade humana, de energia a emprego, da agricultura à pesca, passando ainda pelo tema de migrações e até conflitos armados. A OMC está profundamente envolvida com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável e com o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima, assinado em 2015. No Brasil, o tema também ocupa um lugar importante nas iniciativas dos principais players da economia. Segundo a CNI - Confederação Nacional da Indústria (ANDRADE, 2018, p.13), “a agenda de mudança do clima deixou a esfera estritamente ambiental e hoje permeia a maioria dos setores econômicos do país: transportes, combustíveis, indústria e agricultura, entre outros”.

Inicialmente vistos como um problema, os esforços para mitigar os efeitos das alterações no clima podem ser uma excelente oportunidade de aumentar a cooperação entre os países. Segundo (VIANNA et al., 2010, p. 48), “as negociações para a liberalização do comércio mundial e para o enfrentamento da mudança climática estão convergindo. Se houver avanços na governança global e na coordenação dos processos, o resultado poderá ser sinérgico”.

Para esta pesquisa, foram analisadas publicações do International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD) distribuídas entre participantes das Conferências das Partes (COP) das Nações Unidas e das reuniões ministeriais da OMC. Trata-se de uma pesquisa exploratória baseada sobretudo na análise de algumas publicações do ICTSD realizadas entre 2014 e 2017. Esse período foi escolhido porque ocorreram dois eventos muito importantes – a COP21, em Paris, em 2015, quando foi assinado o Acordo de Paris, e a reunião ministerial da OMC em Buenos Aires, em 2017.

Os principais documentos analisados foram o Volume 13 do Boletim Pontes, de dezembro de 2017, intitulado “A Ministerial da OMC e os caminhos à frente”, uma

brochura com várias análises de especialistas sobre o evento; o “Guia de Negociações Pontes – Um Guia do ICTSD para a Ministerial de Buenos Aires”; e o Volume 11 do Pontes, de novembro de 2015, “COP21: Por políticas verdes duradouras?”, uma brochura preparatória para a reunião.

Essas publicações foram escolhidas porque englobam os temas mais discutidos na área, e porque utilizam uma linguagem atualizada em termos de mudança climática e comércio internacional. O ICTSD era uma das poucas organizações do mundo a trabalhar com o cruzamento entre comércio internacional e sustentabilidade (a ONG encerrou as atividades no final de 2018). A OMC é um dos órgãos mais ligados às Nações Unidas, um dos maiores atores das discussões ambientais que ocorrem no mundo. Entretanto, apesar de sua importância, a Organização precisa reestruturar seu arcabouço institucional para ser uma peça importante no quebra-cabeça atual do mundo, na busca pelo provimento de diversos *bens públicos globais* que diminuem a desigualdade e promovam a sustentabilidade (ICTSD, 2017, p. 4).

Esta pesquisa também se baseia nos trabalhos de Ribeiro, W. (2014), Steffen (2018) e Pegorelli (2014), na análise de publicações de órgãos do governo federal, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a CNI, e de relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Nas páginas seguintes, buscou-se contextualizar os principais termos, siglas e eventos na área. Inicialmente, o glossário conta com cerca de 200 termos, traduzidos do inglês para o português, e suas respectivas contextualizações (quando necessário) divididas por tema. Posteriormente, ele pode ser continuamente ampliado, inclusive de forma colaborativa. Espera-se que esta pesquisa possa facilitar a comunicação entre os interessados em compreender o que ocorre hoje nesse campo e como é possível contribuir.

2 COMÉRCIO INTERNACIONAL E MUDANÇA CLIMÁTICA

Quando surgiu, no início da década de 1970, o movimento ambiental atraía pouco interesse dos setores econômicos, sobretudo entre altos executivos e players da indústria e comércio. Infelizmente, o aumento da temperatura global se intensificou nas

últimas décadas, criando um caos climático que põe em risco não apenas a economia, mas nossa própria sobrevivência no planeta.

Junho de 2019 foi o mês mais quente dos últimos 140 anos (LUIZA, 2019), e a tendência é que a temperatura global aumente cada vez mais, se nada for feito – ou demorar a ser feito. Dito de maneira simples, a Terra está febril. E como a febre é um sintoma no organismo humano, também é um sintoma no complexo sistema climático do planeta. A doença seria o estilo de produção moderno, baseado em combustíveis fósseis (sobretudo petróleo e derivados), na exploração pouco consciente dos recursos naturais, no consumismo e na cultura do descarte. O resultado é um clima extremo que impacta não só a economia, mas também a geopolítica mundial (STEFFEN, 2018).

No campo agrícola, por exemplo:

“As mudanças climáticas estão alterando o padrão de produção e consumo e os impactos dessas mudanças são primeiramente sentidos na agricultura, atividade mais sensível realizada pelo homem por estar sujeita diretamente às interferências do clima. Como exemplo para esta situação, digamos que uma safra de soja que é perdida nos EUA em decorrência de uma seca, eleva o preço desta commodity no mercado internacional, beneficiando os produtores no Brasil e vice-versa. Entretanto, os impactos gerados pelas mudanças climáticas vão muito além dos altos e baixos da agricultura” (RIBEIRO, 2014, p. 1).

Diante desse quadro, a classe empresarial e executiva resolveu participar do debate. Em uma palestra realizada em 2016 para o TED, o observador do clima, político e jornalista americano Al Gore afirma:

“O Fórum Econômico Mundial, em Davos, no mês passado, depois da pesquisa anual de 750 economistas, disse que agora a crise climática é o risco número um para a economia global. Temos banqueiros, como Mark Carney, presidente do Banco Central do Reino Unido, dizendo que a maior parte das reservas de carbono não podem ser queimadas. Carbono de alto risco. (...) Por isso, um movimento de desinvestimento tem senso prático e não é apenas um imperativo moral” (GORE, 2016).

A OMC tem sido pressionada para agir de forma mais concreta dentro dos esforços para diminuir o impacto humano sobre o clima no mundo. Entre as áreas fulcrais em que a organização tem atuado estão os pares Segurança Alimentar-Agricultura, Combustíveis fósseis-Energia, e Capacitação-Trabalho, que têm

apresentado desafios, mas que são fundamentais para prevenir uma crise global. Outros temas importantes são Logística, Migrações e Protecionismo.

2.1 A TRADUÇÃO PARA O SETOR DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

É comum ouvirmos que a boa tradução é invisível. E, no entanto, o papel do tradutor é não apenas essencial, mas carregado de poder. Ainda que permaneça sempre nos bastidores, pela natureza da atividade, o tradutor possibilita as conexões e diálogos entre membros de países e culturas diferentes, muitas vezes servindo como um amortecedor importante de conflitos culturais, ou como ponte. Todos os profissionais que trabalham com linguagem têm uma grande responsabilidade, porque a linguagem participa da constituição do ser humano:

“Se por um lado, positivamente, o tradutor pode ajudar a evolução da sociedade em função das novas perspectivas que proporciona, por outro, negativamente, pode servir à repressão, pode engendrar a distorção e pode mesmo limitar a consciência do mundo circundante, quando restringe o leque de visões que lhe é oferecido e não transpõe corretamente a nova realidade” (ALMEIDA E PINHO, 1998, p.6).

Por se tratar de uma área recente, a ciência com foco na mudança do clima ainda apresenta uma linguagem repleta de termos científicos, que não conseguem ser bem assimilados, ou sequer entendidos, pelo leitor que não participa dos estudos na área. É também o trabalho do tradutor erodir essa linguagem, tornando-a mais fácil de ser absorvida ao redor do mundo.

Em termos de linguagem, a área de Clima e Comércio Internacional apresenta dois desafios básicos: primeiro, muito do material disponível está em inglês e precisa ser convertido para o português, muitas vezes, criando-se termos novos, que não são facilmente compreendidos pelo leitor comum. Portanto, comumente precisamos fazer uma tradução da tradução, contextualizando conceitos confusos, como Medidas de mitigação, Potencial de aquecimento global e Economia de baixo carbono.

Um segundo desafio é a esmagadora quantidade de siglas presente nessa área. Eventos, órgãos, comissões, blocos econômicos e grupos de trabalho *ad hoc* somam-se a siglas que podem dar muita dor de cabeça na hora de trabalhar com um texto da área e

torná-lo acessível à maioria dos leitores. É por isso que muitas entidades estão criando seus próprios glossários, como a Universidade de São Paulo (USP), que possui um *Glossário Internacional de Termos em Mudanças Climáticas, Protocolo de Quioto e Mercado de Carbono*, e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), que lançou uma iniciativa semelhante através do PROCLIMA, o Programa Estadual de Mudanças Climáticas.

Mas ainda faltam glossários que enfoquem o tema do ponto de vista do impacto do clima sobre o comércio internacional. Reunir esses termos num só lugar pode facilitar a compreensão desse cruzamento complexo, que necessita da participação de todos para que sejam encontradas soluções comuns e urgentes. Além disso, é bom que o empresariado e o governo brasileiro conheçam o que tem sido discutido nos eventos mais importantes sobre clima e comércio, e possam enriquecer sua perspectiva e estratégias com boas informações sobre meio ambiente e sustentabilidade.

O tema deste trabalho não é a ciência do clima, mas, para facilitar a compreensão de alguns termos, é importante traçar um resumo de como funciona o clima na Terra e como as ciências climáticas estão buscando compreendê-lo para reagir diante dos problemas atuais.

O efeito estufa é, na verdade, um processo natural que regula a temperatura da superfície do nosso planeta. Sem ele, a temperatura média da Terra seria de -19°C , muito fria para o desenvolvimento da vida. Segundo o professor Emérito da Universidade Nacional da Austrália, Will Steffen, trata-se de “um processo vital que torna este planeta adequado à vida como a conhecemos” (STEFFEN, 2018).

Os gases presentes na atmosfera da Terra têm a capacidade de capturar o calor produzido pela luz solar. Uma parte dessa energia é refletida de volta para o espaço, mas outra permanece na Terra, mantendo sua temperatura estável e adequada à vida. A atmosfera funciona, assim, como o vidro de uma estufa, bloqueando uma parte do calor.

Uma grande parte da população mundial não conhece esse mecanismo. Apesar do clima afetar diretamente nosso cotidiano, muitas pessoas preferem não se aprofundar no assunto, achando que alterar as forças naturais está muito longe do nosso alcance. Mas não é preciso entender de climatologia para afetar o clima. Na verdade, prejudicar esse mecanismo complexo é – infelizmente – muito mais fácil do que se imagina.

A climatologia é uma ciência recente (tem cerca de um século) e tem se desenvolvido ao mesmo tempo em que busca resolver o grave problema de desequilíbrio do clima. Vemos uma ciência ainda relativamente jovem correndo contra o tempo, tentando mensurar, analisar dados e aplicá-los em ações concretas que possam prevenir um possível colapso. Para fazer isso, os cientistas trabalham com possíveis cenários, como o 2DS (two degrees scenario), por exemplo, criado pela Agência Internacional de Energia (IEA). Ele é projetado a partir de um aumento limite de 2°C na temperatura global. Prevê que, se intensificarmos medidas como:

1. Uso de fontes de energia renováveis e limpas (ao invés de combustíveis fósseis)
2. Desenvolvimento de tecnologias de captura e armazenamento de carbono
3. Investimento em bioenergia
4. Aumento da eficiência energética de combustíveis

poderemos nos manter abaixo do aumento de até 2°C na temperatura global, evitando os piores impactos da mudança climática.

Mas a maioria dos pesquisadores concorda que um aumento de 2°C seria arriscado demais e, por isso, no Acordo de Paris, esse teto foi reduzido para 1,5°C:

“Riscos relacionados ao clima para sistemas naturais e humanos são mais altos para um aquecimento de 1,5°C do que no presente, mas menores que para um aquecimento de 2°C. Os riscos dependem da magnitude e da taxa de aquecimento, da localização geográfica, dos níveis de desenvolvimento e vulnerabilidade e das escolhas e implementação de opções de adaptação e mitigação” (IPCC, 2018, p.5).

Como foi dito acima, a fina atmosfera da Terra atua como a cobertura de vidro de uma estufa. Este manto gasoso é formado pelos chamados Gases de Efeito Estufa (GEEs), os elementos que prendem o calor na superfície da Terra. Portanto, não são vilões, mas necessários à vida. O problema é o aumento na emissão desses gases, fenômeno observado desde a Revolução Industrial, devido à queima intensiva do carvão. Estudar a mudança climática requer também revisar a história da própria industrialização da sociedade moderna, assim como a evolução do setor energético.

Além do CO₂ e do metano, outros GEEs importantes são o óxido nitroso e

clorofluorcarbonetos, mas o CO₂ é o mais importante. A terra, o mar, as correntes de ar e marítimas, a geografia e as atividades humanas se inter-relacionam, afetando o clima e tudo o que dele depende.

Para combater a mudança climática, a ONU criou eventos e dispositivos legais que estimulam os governos da maioria dos países do mundo a tomar ações concretas para proteger o clima. São eles:

1. **UNFCCC** – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática. Conta com a adesão de 197 países, chamadas de Partes da Convenção. Seu principal órgão é a Conferência das Partes, ou COP, realizada anualmente, a cada vez em um país diferente. Foi durante a COP21, em 2015, que o Acordo de Paris foi elaborado.
2. **Protocolo de Quioto** – Adotado em 1997, atualmente, 192 países já adotaram o Protocolo, que define diretrizes para que as nações cumpram suas metas e reduzam a emissão dos GEEs.
3. **Acordo de Paris** – Em 22 de abril de 2016, Dia da Terra, nada menos que 175 nações assinaram este documento em um único dia, na cidade de Nova York. Trata-se de um esforço mundial para manter o aquecimento da Terra abaixo dos 2 graus acima dos níveis pré-industriais. Mais do que isso, o acordo tem um ambicioso objetivo: manter o aumento abaixo de 1,5 °C.

E quanto ao Brasil? Segundo a 7ª edição do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (OLIVEIRA, 2019), divulgados em novembro de 2019 pelo Observatório do Clima, o Brasil é o 6º país que mais emite GEEs no mundo. O índice mostrou um aumento causado pela mudança no uso do solo, responsável por 44% das emissões do país, ou seja, 44% das emissões de GEEs no ano passado estão ligadas ao desmatamento, degradação de solo e problemas relacionados. Além do desmatamento, certos métodos de cultivo, como a monocultura intensiva, aumentam a concentração de GEEs na atmosfera. E apesar do Brasil ter uma malha energética limpa, precisa fazer avanços urgentes quanto ao uso do solo e quanto à malha logística, defasada e completamente dependente do transporte rodoviário e, portanto, da gasolina e do diesel

(combustíveis fósseis). É preciso investir urgentemente em ferrovias e hidrovias para construir uma matriz logística eficiente e sustentável (FALCÃO, 2013).

2.2 IMPACTO DO CLIMA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Como as mudanças climáticas afetam o comércio internacional?

Os subsídios aos combustíveis fósseis, que estimulam o uso dessa matéria-prima, aumentando as emissões de GEEs e enfraquecendo a busca por fontes de energia limpas, são uma das questões que mais preocupam os observadores do clima, e está ligada diretamente à economia e ao comércio internacional. Precisamos alterar a matriz energética, não apenas de um ou dois países, mas do mundo, pois o clima não tem limites, nem fronteiras (RIBEIRO, W., 2014, p. 96). Isso requer debates, compromissos, concessões, e os fóruns da Organização Mundial do Comércio, por exemplo, são espaços fundamentais para discutir o assunto.

E não se trata apenas de energia: questões ligadas ao uso da terra, que afetam a produção agrícola e que também interessam ao comércio internacional, preocupam. A cultura do descarte e da obsolescência programada, as questões relacionadas a insumos industriais, eficiência e meios de produção que emitem muitos GEEs também são debatidas.

Para dar um exemplo simples, uma das formas pelas quais o comércio pode ajudar a combater as mudanças no clima é através de **mudanças na tributação**. É comum, por exemplo, alguns países concederem isenção tarifária a insumos industriais reciclados e/ou reaproveitados, assim como a indústrias que tornem seus subprodutos menos poluentes.

Ou uma indústria pode receber descontos nos impostos de acordo com o teor de substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis, ou uma fábrica pode obter benefícios do Governo por aumentar a eficiência energética do seu processo de produção, o que lhe permite diminuir o gasto energético, o consumo de combustível e a emissão de GEEs.

Esses são apenas alguns exemplos de medidas simples, já em vigor em vários setores e países, e que mostram como o comércio internacional e seus fóruns de

discussão são fundamentais para o debate climático global. Essas medidas muitas vezes são discutidas nesses fóruns, concordadas entre diversos países ou blocos econômicos, o que permite uma mudança de mentalidade mais rápida e a implementação prática de medidas que diminuam a emissão de dióxido de carbono (CO₂). É importante lembrar que a matriz energética brasileira é considerada uma das menos carbono intensivas do mundo, por ser baseada em hidrelétricas (IEA, 2020).

O clima é o aspecto que mais unifica as realidades humanas, tanto dentro de um país como a nível mundial. Para diminuir as emissões de CO₂, como dito acima, toda a indústria e matriz logística de uma nação precisa ser adaptada, passando do uso intensivo de combustíveis fósseis, altamente poluentes, para uma matriz sustentável, baseada em energia limpa e renovável. Lembrando que não adianta querer ser ecológico somente. A solução tem de ser sustentável. Por exemplo, um carro movido a água seria ecológico, mas não sustentável, pois a água potável é escassa.

A mudança climática também impacta, por exemplo, o nível de acidez e a temperatura dos oceanos, alterando a biodiversidade e ameaçando a indústria de pesca mundial (MAIA; TURRA, 2015, p.53). Ao mesmo tempo, a indústria pesqueira intensiva, da maneira como tem sido praticada há algumas décadas, já diminuiu enormemente a biodiversidade dos mares e ameaça esgotar o estoque de peixes. É possível, assim, ver como as atividades produtivas e comerciais do ser humano têm impacto sobre a sustentabilidade, e vice-versa, numa retroalimentação.

Segundo o secretário-executivo do Observatório do Clima:

“Nos últimos anos, caiu por terra o argumento de que um bom nível de desenvolvimento está associado ao aumento de emissões. Diversos estudos têm demonstrado que mitigar gera efeitos positivos para o clima e para a economia de qualquer país e que investir em redução de emissões gera oportunidades, aumenta a eficiência e competitividade dos negócios e gera empregos” (RITTIL, 2015).

É sempre um desafio compreender algumas informações sobre a mudança climática, porque é um tema amplo, que envolve áreas também complexas, como economia, tributação, segurança alimentar, hídrica e nacional, entre muitas outras. Nesse ambiente, muitas siglas aparecem, seja para grupos de países negociadores (como

G20, G7), seja para ONGs e institutos, como o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) e WRI (World Resources Institute), seja para projetos e grupos de trabalho, iniciativas provisórias, tratados e acordos internacionais. Há ainda os eventos, como a COP (Conferência das Partes) e a UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima).

Entretanto, mais importante que saber o significado de todas as siglas de cor, é compreender que a sociedade tem despertado cada vez mais para temas da sustentabilidade e comércio justo. É importante comemorarmos pequenas mudanças de conscientização:

“O simples fato de noções como ‘sustentabilidade’ serem obrigatórias no discurso contemporâneo já merece celebração. Ainda que décadas sejam necessárias para apurar uma formulação conceitual e conferir-lhe uma substância coerente, o aprofundamento da relação entre princípios abstratos como ‘desenvolvimento’ e ‘sustentabilidade’ somente será possível caso a maioria da população participe desse exercício” (ICTSD, 2015, p. 03).

Pouco a pouco, o tema mudança climática tem sido absorvido pela maioria das pessoas, e há avanços consideráveis nesse sentido (PEGORELLI, 2014, p. 123). Em novembro de 2019, por exemplo, o prefeito da cidade do Recife, Geraldo Julio, anunciou que vai enviar um projeto de lei à Câmara Municipal para determinar a inclusão de atividades sobre mudanças climáticas na grade curricular das escolas públicas do Recife:

“A Universidade da Carolina do Norte anunciou que colocar as mudanças climáticas na grade curricular faz as famílias se engajarem melhor. E o governo da Itália é o primeiro país a colocar em lei essa exigência, de todas as escolas públicas tratarem das mudanças climáticas” (FONTES, 2019).

Com a mudança, os alunos teriam aulas toda semana sobre o aquecimento global.

Nesse contexto, vale a pena mencionar ainda que existem muitas pessoas, inclusive cientistas, refratárias aos resultados das pesquisas na área de mudança climática. Muitos afirmam que as mudanças pelas quais a Terra está passando são normais e que o ser humano não teria um efeito tão intenso sobre a temperatura mundial. Mas a ciência já comprovou os seguintes fatos até agora:

1. A concentração dos GEEs na atmosfera impacta *diretamente* a temperatura média do nosso planeta como um todo.
2. A concentração de GEEs têm crescido constantemente desde a Revolução Industrial.
3. O GEE mais abundante hoje é o CO₂, resultante da queima de combustíveis fósseis.

Além da necessidade premente de pensarmos no clima, os desafios climáticos vêm, na verdade, sendo percebidos do ponto de vista de oportunidade de negócios. Setores como energias renováveis (com destaque para a energia solar), têm atraído cada vez mais investidores, interessados em capitalizar uma tendência que só deve aumentar nos próximos anos e ainda contribuir para o meio ambiente.

A Volkswagen, por exemplo, anunciou que deve lançar 70 carros elétricos nos próximos dez anos, seis deles no Brasil, até 2023. Segundo o diretor da empresa, Herbert Diess, a montadora "está assumindo responsabilidade com relação às principais tendências do futuro - particularmente em relação à proteção climática. Os objetivos do Acordo de Paris são nosso critério" (VELLEQUETTE, 2019).

3 CONCLUSÃO

A mudança climática é um tema que vem ganhando cada vez mais espaço ao redor do mundo, e a perspectiva é que se integre ao nosso dia a dia com o passar dos anos. Nessa fase atual, ainda são necessárias obras de referência para compreender alguns termos e conceitos, e os glossários existentes focam apenas em uma área: ou exclusivamente no comércio internacional ou na sustentabilidade e mudança climática.

Existe uma grande quantidade de livros e artigos científicos em português sobre sustentabilidade e climatologia, mas poucas obras falam da interseção entre esses temas e o comércio internacional. Quando o fazem, trata-se apenas de um capítulo ou trecho dentro de um capítulo, e o assunto termina sendo visto mais como um apêndice nas discussões dos temas mais abrangentes.

Talvez por isso o Brasil ainda esteja fazendo pouco para se tornar menos

dependente do carbono. Alguns países têm saído na frente quando se trata de se adaptar às necessidades dessa nova fase da história. Na Alemanha, por exemplo, postos de abastecimento elétricos, que não fornecem gasolina, mas sim energia elétrica para abastecer os veículos, já são uma realidade comum nas ruas das principais cidades. Já no Brasil, não há perspectiva de uma mudança do tipo. Vemos que o país permanece atrelado aos combustíveis fósseis, dependente de uma fonte energética há muito condenada pela falta de sustentabilidade.

Até que ponto o empresariado e o governo brasileiro estão conscientes do seu papel para tornar o Brasil um país mais verde e preparado para os desafios do futuro seria o objetivo de obras futuras nesse campo, mas fica a certeza de que todos precisam estar cada vez mais bem informados sobre as evoluções nessa área, e a esperança é que esta pesquisa contribua para isso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA E PINHO, Jorge Manuel Costa. **O Escritor Invisível - A Tradução tal como é vista pelos tradutores portugueses**. Porto: maio de 1998.

ANDRADE, Robson Braga. **Mudança do clima e indústria brasileira: iniciativas e recomendações estratégicas para implementação e financiamento da NDC do Brasil**. Brasília, DF: Confederação Nacional da Indústria - CNI, 2018.

BOLETIM PONTES: **A Ministerial da OMC e os caminhos à frente**. Genebra, Suíça, vol. 13, n. 9, dez. 2017.

IDEM: **COP21: Por Políticas Verdes duradouras?** Genebra, Suíça, vol. 11, n. 9, nov. 2015.

IDEM: **Sustentabilidade e Desenvolvimento: tudo que reluz é verde?** Genebra, Suíça, vol. 11, n. 3, mai. 2015.

FALCÃO, Viviane Adriano, A importância do transporte ferroviário de carga para a economia brasileira e suas reais perspectivas de crescimento. **Engenharia Civil - UM**, Uberaba, n. 45, p. 62, 2013.

FONTES, Bruno. **Recife anuncia projeto de lei para inserir atividades sobre mudanças climáticas nas escolas municipais**. TV Globo, 07 nov. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/11/07/recife-anuncia-projeto-de-lei-para-inserir-atividades-sobre-mudancas-climaticas-nas-escolas-municipais.ghtml> Acesso em: 09 nov. 2019.

GORE, Ted. Palestra proferida no TED, fev. 2016. Disponível em: https://www.ted.com/talks/al_gore_the_case_for_optimism_on_climate_change/. Acesso em: 24 jul. 2019.

GUIA DE NEGOCIAÇÕES PONTES: Um Guia para as Negociações da 11^a Conferência Ministerial da OMC. Genebra, Suíça, edição especial, dez. 2017.

IEA, **Brazil**. Disponível em: <https://www.iea.org/countries/brazil> Acesso em: 15 jun. 2020.

IPCC, 2018: Summary for Policymakers. *In: Global Warming of 1.5°C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5°C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty* [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, H.-O. Pörtner, D. Roberts, J. Skea, P.R. Shukla, A. Pirani, W. Moufouma-Okia, C. Péan, R. Pidcock, S. Connors, J.B.R. Matthews, Y. Chen, X. Zhou, M.I. Gomis, E. Lonnoy, T. Maycock, M. Tignor, and T. Waterfield (eds.)]. No prelo.

LUISA, Ingrid. **Junho de 2019 foi o mais quente já registrado na Terra.** Disponível em:
<https://super.abril.com.br/ciencia/junho-de-2019-foi-o-mais-quente-ja-registrado-na-terra/>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

MAIA, Roberta de Assis; TURRA, Alexander. Impacto das Mudanças Climáticas sobre os oceanos. In: **Temas atuais em mudanças climáticas**. 1ª ed. São Paulo: IEE – USP, 2015, p. 50-61.

OLIVEIRA, Elida. **Mudança de uso do solo é responsável por 44% das emissões de gases do efeito estufa no Brasil, aponta relatório.** Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/11/05/mudanca-de-uso-do-solo-e-responsavel-por-44percent-das-emissoes-de-gases-do-efeito-estufa-no-brasil-aponta-relatorio.ghtml> Acesso em: 09 nov. 2019.

PEGORELLI, Sandra. A comunicação como ferramenta estratégica para disseminação do conceito da sustentabilidade. *In*: CORTESE, Tatiana Tucunduva P.; BAUER, Gilberto Natalini (org.). **Mudanças climáticas: do global ao local**. São Paulo: Manole, 2014, p. 117-145.

RIBEIRO, Emanuel. **As consequências das mudanças climáticas sobre o comércio internacional e as ações do Brasil**. São Paulo, 2014. Disponível em <<https://diplomaciacivil.org.br/wp-content/uploads/2015/01/Artigo-As-consequ%C3%Aancias-das-mudan%C3%A7as-clim%C3%A1ticas-sobre-o-com%C3%A9rcio-internacional-e-as-a%C3%A7%C3%B5es-do-Brasil-.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**, 3ª ed. - São Paulo: Contexto, 2014.

RITTLL, Carlos. A INDC do Brasil sob a ótica da COP 21, do clima e do potencial de mitigação do país. **Boletim Pontes**, Genebra, v. 11, n. 9, nov. 2015.

STEFFEN, Will. **Human driven Climate Change**. [2018] 1 vídeo de (9:41 min).

Publicado pelo portal edX. Disponível em:

<https://courses.edx.org/courses/course-v1:UQx+ENGY1x+1T2018/courseware/351face169f54665aa87820ab283182e/4e673145a01b4d9fbe2b5e7bf6d2d8e5/?child=first> .

Acesso em 11 jun. 2020.

IDEM. **The Greenhouse Effect and Earth's Energy Balance**. [2018] 1 vídeo de (6:37 min). Publicado pelo site edX. Disponível em:

https://courses.edx.org/courses/course-v1:UQx+ENGY1x+1T2018/courseware/849a63a93dd34619b81d9109c28f28af/26a91393e5a44415883b4c2e51782f7c/?activate_block_id=block-v1%3AUQx%2BENGY1x%2B1T2018%2Btype%40sequential%2Bblock%4026a91393e5a44415883b4c2e51782f7c. Acesso em: 11 jun. 2020.

VELLEQUETTE, Larry P. **VW accelerates electric push with more models, more production**. Automotive News Europe, 2019. Disponível em:

<https://europe.autonews.com/automakers/vw-accelerates-electric-push-more-models-more-production>. Acesso em: 15 jun. 2020.

VIANNA, Sérgio Besserman; PIANI, Guida; MIRANDA, Pedro. **Comércio Internacional e Mudança Climática: trilhos convergentes?** Brasília-DF, IPEA: 2010.

GLOSSÁRIO

1. **Addis Abeba Action Agenda (2015):** Agenda de Ação de Adis Abeba
2. **African, Caribbean, and Pacific Group of States ([ACP](#)):** Grupo ACP (formado por países da África, Caribe e Pacífico)
3. **African Continental Free Trade Area ([CFTA](#), sigla em inglês):** Área de Livre Comércio Continental (África)
4. **African Group:** o Grupo Africano é mais um dos chamados “Grupos Regionais das Nações Unidas”, e reúne 54 nações. Os demais são o Grupo Ásia-Pacífico, com 53 nações; o Grupo Europa Oriental, com 23 nações; o Grupo América Latina e Caribe, com 33 nações; o Grupo Europa Ocidental e Outros, com 28 nações e um membro observador.
5. **Agenda 21:** A Agenda para o século 21 foi elaborada durante a Cúpula da Terra, ou Rio-92.
6. **Aggregate Measurement of Support - AMS:** Medida agregada de apoio à produção agrícola.
7. **Agreement on Subsidies and Countervailing Measures (“SCM Agreement”):** Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias
8. **Agreement on Trade-Related Investment Measures (TRIMs):** Acordo sobre Medidas de Investimentos relacionadas ao Comércio (TRIMS, na sigla em inglês)

9. **Agriculture, Forests and Land Use (AFOLU):** Agricultura Florestas e Uso do solo (AFOLU, manter sigla em inglês)
10. **Anthropic:** Antrópico, relativo à ação do homem.
11. **Amber box:** Geralmente, usa-se o termo original em inglês. Apoio doméstico para a agricultura que é considerado distorcivo ao comércio e portanto sujeito a sanções. Calculada tecnicamente como "Medida Agregada de Suporte" (AMS, na sigla em inglês). As chamadas “caixas coloridas” (amber, azul, verde e amarela) compreendem vários tipos de suporte à área agrícola, que podem ser distorcivos ou não ao comércio.
12. **Ambition level:** Nível de ambição
13. **Bali Conference:** Conferência de Bali
14. **Bali Package:** o Pacote de Bali foi concluído na Ministerial de 2013 e inclui a facilitação do comércio, regras de origem e a aplicação de uma exceção no comércio de serviços para os PMDRs (v. item 104).
15. **BAU (“business-as-usual”):** termo tirado do mundo dos negócios, muito usado na área de modelos ou cenários com previsões sobre as mudanças climáticas e seus possíveis impactos a curto, médio e longo prazo. Modelos BAU mostram como o mundo será se as coisas continuarem como estão, sem mudanças significativas, daí o nome “negócios-como-de-costume”.
16. **Belt and Road (China):** Iniciativa do Cinturão e Rota, também conhecido como “Nova Rota da Seda”.
17. **Biogas:** Biogás (mistura gasosa com 50% de metano – potencial de aquecimento global 21 vezes maior que o CO₂). Esse tipo de medida utilizada

na gestão de resíduos reforça as medidas adicionais estabelecidas na INDC do Brasil: aumentar a participação da bioenergia sustentável na matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, além de alcançar participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética.

18. **Blue box:** caixa azul ou usar termo original. Suporte do tipo amber box oferecido sob programas governamentais que buscam limitar a produção e reduzir distorções.
19. **The Bonn Challenge:** Desafio de Bonn, um esforço global com a finalidade de restaurar 150 milhões de hectares em todo o mundo até 2020, e ampliar esse número para 350 milhões de hectares até 2030. A iniciativa foi lançada em 2011 pela Alemanha em parceria com a União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN.
20. **Brazil Land Use Model (BLUM):** Modelo de Uso da Terra para a Agropecuária Brasileira (BLUM, manter sigla em inglês), um modelo econômico para o setor agropecuário brasileiro.
21. **Brasil 2040:** maior estudo já realizado sobre impactos da mudança climática no Brasil. O “Brasil 2040 – Alternativas de Adaptação às Mudanças Climáticas”, foi encomendado pela Secretaria de Estudos Estratégicos da Presidência da República a diversos grupos de pesquisa do país e divulgado em outubro de 2015.
22. **Brundtland Report/Relatório Brundtland:** Documento cujo nome presta homenagem à primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Relatório Brundtland, apresentado em 1987, propõe o desenvolvimento sustentável, que é “aquele que atende às necessidades do presente sem

comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”, definição ainda hoje muito usada.

23. **Carbon Budget:** Orçamento de emissões de CO₂, ou simplesmente Orçamento de carbono.
24. **Carbon credit:** Crédito de carbono, certificado emitido quando a emissão de dióxido de carbono é reduzida (a diminuição de 1 tonelada de CO₂ equivale a um crédito de carbono).
25. **Carbon market(s):** Mercado(s) de Carbono
26. **Carbon sequestration:** Sequestro de carbono, captura e armazenamento a longo prazo de carbono, sobretudo do dióxido de carbono (CO₂) para combater o aquecimento global.
27. **CIM:** Comitê Interministerial sobre Mudanças do Clima
28. **Climate Data Explorer (CAIT):** Ferramenta criada pelo WRI para fornecer dados climáticos atualizados e confiáveis aos interessados.
29. **Climate Equity:** Equidade climática
30. **Climate parameters/Indices/Measurements:** Parâmetros climáticos: estimativas de chuva, mudanças nas correntes marítimas, na temperatura, entre vários outros.
31. **Carbon Footprint:** Pegada de Carbono corresponde ao quanto uma pessoa emite de gases de efeito estufa durante suas atividades diárias. É possível calcular nossa pegada de carbono individual online.

- 32. **Climate Risk Management:** Gestão do risco climático
- 33. **Committee on Trade and Development (CTD):** Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento (CTD, usar sigla em inglês)
- 34. **Compensatory adjustments:** Ajustes compensatórios
- 35. **Compliance:** Conformidade
- 36. **Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP, sigla em inglês):** Acordo Amplo e Progressivo para a Parceria Transpacífica
- 37. **Comprehensive Economic and Trade Agreement (CETA, sigla em inglês):** Acordo de Livre Comércio entre União Europeia (UE) e Canadá
- 38. **Co-products:** Coprodutos
- 39. **Committee on Trade and Development:** Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento
- 40. **Computable General Equilibrium (CGE):** Equilíbrio Geral Computável (EGC)
- 41. **Council for Trade in Goods:** Conselho para o Comércio de Bens
- 42. **Council for Trade in Services:** Conselho para o Comércio de Serviços
- 43. **CTIBC:** Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono
- 44. **Customs union:** União aduaneira

45. **Decarbonization:** Descarbonização, processo que consiste não apenas em zerar as emissões de carbono, mas também removê-las e estocá-las. Todos os países precisam descarbonizar suas economias para evitar um aumento na temperatura global maior que 1,5 °C.
46. **de minimis suport/aid:** Apoio de minimis
47. **Derogation of various provisions:** Derrogação de várias provisões
48. **DFQF (Duty-Free and Quota-Free) market access:** Acesso a mercado DFQF (isento de tributação e cotas)
49. **Digital divide:** Desigualdade digital/fosso digital
50. **Distorting internal support:** Apoio interno distorcivo
51. **Draft Ministerial Decision:** Projeto de decisão ministerial
52. **Ecodesign – ou Design for Environment (DfE):** Processo produtivo que busca minimizar a geração de resíduos e que tem como foco a sustentabilidade, sem diminuir a qualidade dos produtos.
53. **Energy recovery from waste:** Valorização energética de resíduos
54. **The Doha Round:** [Agenda Doha](#), Rodada Doha
55. **Earth's Energy Balance:** Balanço Energético da Terra
56. **Emissions pathways:** trajetórias de emissões / trajetórias de emissão

57. **Enhanced Greenhouse Effect:** Efeito Estufa Aumentado, intensificado pelas atividades humanas (ou antrópicas), sobretudo a queima de combustíveis fósseis.
58. **Exclusive Economic Zone (EEZ):** Zona(s) Econômica(s) Exclusiva(s) (ZEE)
59. **Fossil fuel(s):** Combustível fóssil, combustíveis fósseis. Um dos temas mais importantes nos debates climáticos, de geopolítica e economia mundial. Os combustíveis fósseis (como o petróleo, carvão e gás natural) são compostos por um alto teor de carbono, responsável pela sua grande capacidade de combustão. Sua queima para gerar energia responde por 70% das emissões de gases de efeito estufa. Portanto, deter seu uso é fundamental, e isso pode ser feito com o uso de fontes alternativas de energia.
60. **Fair, Reasonable and Non-Discriminatory Terms:** Termos justos, não-discriminatórios e razoáveis
61. **FBMC:** Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas
62. **Fishing industry subsidies:** Subsídios à indústria da pesca
63. **Food and Agriculture Organization (FAO):** FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
64. **Fossil fuel subsidies:** Subsídios aos combustíveis fósseis
65. **Fuel tax schemes:** Esquemas de tributação de combustíveis
66. **Geneva:** Genebra (cidade suíça e sede da OMC, também usada como sinônimo da Organização Mundial do Comércio)

67. **GEx:** Grupo Executivo
68. **Geoengineering:** Geoengenharia, também conhecida como Engenharia Cimática.
69. **Green box:** Caixa verde ou usar termo original. Suporte doméstico para a agricultura que é permitida sem limites, porque não distorce o comércio, ou, no máximo, causa uma distorção mínima
70. **Greenhouse effect:** Efeito estufa
71. **Greenhouse gases (GHG, sigla em inglês):** Gases de Efeito Estufa (GEEs)
72. **Green Growth:** Crescimento Verde
73. **Global Value Chains (GVC):** Cadeias Globais de Valor (CGV)
74. **Global warming potential (GWP):** Potencial de Aquecimento Global ou Fator de Aquecimento Global (GWF, manter sigla em inglês).
75. **General Agreement on Tariffs and Trade (GATT):** Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, manter sigla em inglês)
76. **General Agreement on Trade in Services (GATS):** Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, manter sigla em inglês)
77. **GgCO₂e: Carbon Dioxide Equivalent - GgCO₂e ou CO₂eq:** Equivalência em Dióxido de Carbono de gases de Efeito Estufa
78. **Global Commission on the Economy and Climate:** Comissão Global sobre Economia e Clima

79. **Greta Thunberg:** Jovem ativista ambiental sueca que começou a protestar pelas mudanças climáticas aos oito anos de idade.
80. **Group of Friends on Climate and Security:** Grupo de Amigos sobre o Clima e Segurança
81. **The Group of Seven (G7):** o Grupo dos 7 (G7) reúne os sete países mais ricos e industrializados do mundo, segundo o FMI: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido, embora a União Europeia também esteja representada.
82. **The Group of Ten (G10):** o Grupo dos 10 (G10), reúne onze países desenvolvidos: Bélgica, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Holanda, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos.
83. **The Group of Twenty (G20):** Abreviatura do “Grupo dos 20” (G20). Usa-se a mesma sigla em inglês ou português. Reúne as 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia.
84. **The Group of 33:** Coalizão de negociação G33 - Grupo criado em 1999, reunindo países desenvolvidos, mas que logo foi substituído pelo G20.
85. **The Group of 77 (G77):** Grupo dos 77 (G77), o maior grupo negociador na COP da ONU. A coalizão formada por 134 países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.
86. **The Group of 90 (G90):** o Grupo dos 90 (G90) reúne os países menos desenvolvidos do mundo. Entre esses países, 64 fazem parte da OMC.

87. **Illegal, unreported, and unregulated fishing (IUU):** Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU, manter sigla em inglês).
88. **iNDC ou INDC:** Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida. INDC do Brasil: o Brasil comprometeu-se, por meio de sua INDC, a reduzir 37% de suas emissões de gases de efeito estufa (GEEs) em 2025, tendo como base o ano de 2005.
89. **Infant industry protection:** Proteção de indústrias nascentes
90. **Information and Communications Technology (ICT):** Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)
91. **Information Technology Agreement (ITA-II):** Acordo de Tecnologia da Informação (ITA-II, manter sigla em inglês)
92. **IPCC Report(s):** Relatório(s) do IPCC, os documentos usados como maior referência nos debates mundiais sobre o clima.
93. **Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC):** Painele Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, usar sigla em inglês)
94. **International Energy Agency (IEA):** Agência Internacional de Energia (IEA, usar sigla em inglês)
95. **International Monetary Fund (FMI):** Fundo Monetário Internacional (FMI)
96. **Humanitarian Food Assistance/Aid:** Ajuda alimentar humanitária
97. **KgCO₂ per tonnes - KgCO₂/t:** Quilos de CO₂ por tonelada (de cimento, madeira etc.)

98. **Kyoto Protocol:** Protocolo de Quioto
99. **Land use, land-use change and forestry (LULUCF):** Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas (LULUCF, manter sigla em inglês)
100. **Least Developed Countries (LDCs):** Países Menos Avançados (PMA) ou Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs)
101. **Legal and regulatory frameworks:** Marcos legais e regulatórios
102. **Liquefied petroleum gas ou liquid petroleum gas (LPG or LP gas), (propane or butane):** Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (propano ou butano)
103. **Longer compliance period:** Período maior para conformidade
104. **Longer implementation periods:** Períodos mais longos de implementação, geralmente concedidos a LDCs.
105. **Low-carbon economy (LCE), low-fossil-fuel economy (LFFE), or decarbonised economy:** Economia de Baixo Carbono
106. **Low-carbon financing:** Financiamento de baixo carbono
107. **Low-carbon infrastructure:** Infraestrutura de baixo carbono
108. **Lower / Higher Commitment Levels:** Menores/maiores níveis de compromissos
109. **MAPS - Mitigation Action Plans and Scenarios:** Cenários e Planos de Ação para Mitigação

- 110. **Marginal Abatement Cost (MAC):** Custo Marginal de Abatimento
- 111. **Marrakesh Agreement:** Acordo de Marraquexe (documento que funda a OMC)
- 112. **MCTIC:** Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
- 113. **Measures having equivalent effect:** Medidas de exportação com efeito equivalente
- 114. **MERCOSUL:** Abreviação de Mercado Comum do Sul, bloco econômico sul-americano formado oficialmente pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Conhecido como MERCOSUR (Mercado Común del Sur) em espanhol e como Southern Common Market em inglês.
- 115. **Middle Income Countries (or MICs):** Países de renda-média
- 116. **MIKTA Coalition:** Coalizão MIKTA, composta pelo México, Indonésia, Coreia do Sul, Turquia e Austrália, e considerada uma plataforma para reformar a ONU.
- 117. **Millennium Development Goals (MDGs):** Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODM envolviam oito objetivos, vários dos quais relacionados ao comércio – de forma mais notória, o ODM8.
- 118. **Mitigation Goal:** Meta de mitigação
- 119. **Monitoring mechanism:** Mecanismo de Monitoramento
- 120. **Most-favoured-nation (MFN):** Tratamento “nação mais favorecida”

- 121. **Multilateral Trading System:** Sistema Multilateral de Comércio

- 122. **Nationally Appropriate Mitigation Actions (NAMAs):** Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (NAMAs, manter sigla em inglês). Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - comunicação oficial do MCTIC.

- 123. **Nationally Determined Contributions (NDCs, na sigla em inglês):** Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)

- 124. **National Energy Balance (NEB):** Balanço Energético Nacional (BEN)

- 125. **National Inventory:** Inventário nacional (geralmente, de emissões), que precisa ser emitido por cada país.

- 126. **Non-binding:** “não vinculante”

- 127. **Non-renewable/renewable natural resources:** Recursos naturais não renováveis/renováveis

- 128. **North American Free Trade Agreement (NAFTA, sigla em inglês):** Tratado de Livre Comércio da América do Norte (EUA, Canadá e México).

- 129. **Observatório do Clima:** Rede brasileira de entidades da sociedade civil reunidas para discutir o aquecimento global no contexto nacional.

- 130. **ODM:** Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

- 131. **Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD):** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

- 132. **Overcapacity:** Excesso de capacidade
- 133. **Overfishing:** Sobrepesca ou Pesca predatória
- 134. **Overshoot:** ultrapassagem [do limite de 1,5°C]
- 135. **Pacific Alliance:** Aliança do Pacífico (AP)
- 136. **Paris Agreement:** Acordo de Paris sobre a Mudança do Clima (ou apenas Acordo de Paris)
- 137. **Peace clause:** Cláusula da paz. Geralmente, os negociadores se referem ao Artigo 13 do Acordo sobre Agricultura da OMC como Cláusula da Paz.
- 138. **“Pedalada florestal”:** Trata-se de um “jeitinho brasileiro” para cumprir as metas de redução nas emissões de carbono, mas não por causa de investimentos na área ambiental, e sim por outras razões. Por exemplo, por causa da crise econômica, as indústrias reduzem a produção e emitem menos GEEs, e o governo conta essa redução como uma realização da meta de redução. Na verdade, trata-se de uma situação pontual, que nada tem a ver com os esforços necessários para reduzir efetivamente as emissões, seja qual for o cenário.
- 139. **Plano ABC** - Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (ou apenas Plano Agricultura de Baixo Carbono)
- 140. **Plano Indústria:** Abreviação do Plano Setorial de Mitigação da Mudança Climática para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação

- 141. **Players:** Atores, ou manter original

- 142. **PNA:** Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima

- 143. **PNMC:** Política Nacional de Mudança do Clima

- 144. **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS):** Capítulo da legislação ambiental brasileira sancionado em 2010 que dá subsídios para estimular a redução de resíduos sólidos.

- 145. **Product Life Cycle:** Ciclo de vida do produto

- 146. **Public stockholding for food security programmes:** Programas de estoques públicos com fins de segurança alimentar

- 147. **Public stockholding programmes/systems:** Programas/sistemas de estoques públicos de alimentos

- 148. **Radiative forcing/climate forcing:** Forçamento radiativo, a perturbação do equilíbrio climático da Terra.

- 149. **Reflectivity (Albedo):** O albedo é a quantidade de radiação solar refletida pela Terra de volta para o espaço. Essa refletividade é maior em áreas brancas e brilhantes, como gelo, neve e nuvens.

- 150. **Representative Concentration Pathway (RCP):** Caminhos Representativos de Concentração (RCP, manter sigla em inglês).

- 151. **Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP, sigla em inglês):** Parceria Econômica Regional Abrangente

152. **Regional Fisheries Management Organization (RFMO):** Organizações Regionais de Gestão da Pesca (RFMO, manter sigla em inglês)
153. **Regional Trade Agreements (RTAs):** Acordos Regionais de Comércio, também conhecidos como blocos econômicos. Na OMC, eles se referem a acordos comerciais recíprocos entre dois ou mais parceiros para liberalizar tarifas e serviços. Incluem áreas de livre comércio e acordos de integração econômica.
154. **Reuse:** Reuso
155. **Reverse Logistics:** Logística reversa
156. **Regulatory risk mitigation:** Mitigação do risco regulatório
157. **Rules of Origin:** Regras de Origem
158. **Sanitary and phytosanitary (SPS) measures are measures:** Medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS, sigla em inglês)
159. **Sustainable Development Goals (SDGs):** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)
160. **SDG17:** ODS17 (Parcerias e meios de implementação). Este ODS é muito citado nas discussões sobre sustentabilidade, mudança climática e comércio internacional.
161. **SDG 14.6:** ODS 14.6 (Vida na água | Pesca). Este ODS é muito citado nas discussões sobre sustentabilidade, mudança climática e comércio internacional.

162. **Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen and Matsu (Chinese Taipei):** Território Aduaneiro Distinto de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu (Taipé Chinesa)
163. **Soft law:** Usar original. Também existe o termo “quase-Direito” ou “Direito flexível”, mas são menos usados. Refere-se ao uso de uma legislação mais “suave” e flexível, adaptada às necessidades do Direito Internacional, de acordo com um consenso entre os países envolvidos nos processos.
164. **Solid Waste Disposal and Management:** Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos
165. **South–South cooperation:** Cooperação sul-sul
166. **Special and differential treatment:** Tratamento especial e diferenciado
167. **Special Safeguard Mechanism (SSM):** Mecanismo especial de salvaguarda. Uma ferramenta que permite a países em desenvolvimento aumentar suas tarifas temporariamente para conter altas nas importações ou quedas de preços.
168. **Subsidized Food Procurement:** Aquisição subsidiada de alimentos
169. **Standard international trade classification:** Classificação Padrão de Comércio Internacional (SITC, na sigla em inglês)
170. **Stakeholders:** (manter original)
171. **Subsarian Africa:** África subsaariana, também chamada de “África negra”, corresponde à parte do continente africano localizada abaixo do deserto do Saara.

172. **Subsidy:** Subsídios. São um tema recorrente nas discussões sobre comércio e sustentabilidade, sobretudo os dedicados aos subsídios fósseis, para a pesca e agricultura. Consistem num apoio financeiro para promover o desenvolvimento de uma área ou atividade específica.
173. **Tariff preferences:** Preferências tarifárias
174. **Technical Aid:** Ajuda técnica
175. **Technical Barrier to Trade (TBT):** Barreiras técnicas ao comércio (TBT, manter sigla em inglês)
176. **Technology Transfer/Transfer of Technology (TOT):** Transferência de tecnologia (geralmente, este conceito vem junto com a capacitação e ajuda de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento ou de menor desenvolvimento relativo)
177. **think-tanks:** usar o termo original. Também chamados de “fábricas de ideias”, reúnem pensadores e especialistas em diversas áreas, como política e tecnologia.
178. **Trade Facilitation Agreement (TFA):** Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, manter sigla em inglês)
179. **Trade-distorting:** Medidas que distorcem o comércio internacional.
180. **Tariff-rate quota administration:** Administração de contingentes tarifários
181. **Trade in Services Agreement (TiSA):** Acordo Plurilateral sobre o Comércio de Serviços (TiSA, manter sigla em inglês)

182. **Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS):** Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS, manter sigla em inglês)
183. **Trans-Pacific Partnership (TPP, sigla em inglês):** Parceria Transpácífica
184. **Transparency and regulatory coherence:** Transparência e coerência regulatória
185. **TRIPS Council:** Conselho TRIPS
186. **UN Conference on the Environment and Development:** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Também conhecida como Rio-92 ou Eco-92.
187. **UN 2030 Agenda for Sustainable Development:** Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
188. **United States–Korea Free Trade Agreement (KORUS FTA):** Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos e Coreia do Sul (KORUS, manter sigla em inglês)
189. **United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD):** Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, manter sigla em inglês)
190. **Uruguay Round:** Rodada Uruguai (1986-1994). A rodada culminou com a criação da Organização Mundial do Comércio e incorporação do Acordo Geral

de Tarifas e Comércio (conhecido como GATT) em sua estrutura, entre outros acordos.

191. **Verified Carbon Units (VCUs):** Unidades de Carbono Verificadas
192. **Waiver:** usar original
193. **Working Party on Domestic Regulation (WPDR):** Grupo de Trabalho sobre Regulação Doméstica [da OMC]
194. **World Food Programme (WFP):** Programa Mundial de Alimentos (manter sigla em inglês)
195. **World Meteorological Organization (WMO):** Organização Meteorológica Mundial
196. **World Trade Organization (WTO) Ministerial Conference:** Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), também chamada apenas de Ministerial da OMC, ou Ministerial.
197. **WRI (World Resources Institute):** Instituto de Pesquisa voltado à defesa do meio ambiente e sustentabilidade, considerado um “observador” ou especialista respeitado nos debates climáticos. O WRI Brasil está presente em duas cidades brasileiras, Porto Alegre (RS) e São Paulo (SP).
198. **WTO Appellate Body:** Órgão de Apelação da OMC
199. **WTO General Council:** Conselho Geral da OMC

200. **Yellow box:** Caixa amarela, ou usar termo original. Corresponde a todo tipo de apoio doméstico que não pode ser classificado nas caixas coloridas anteriores.
201. **Zero ou Zero-net Deforestation:** Desmatamento Líquido Zero
202. **2C limit:** Limite de 2°C
203. **2DS, 2 degrees scenario/”normative” scenario:** Cenário de aumento maior que 2°C na temperatura global.